

**José Eduardo de Miranda
Marcelo Terra Reis
Ronaldo Gaudio
Cristiano da Silva Sielichow**
Coordenadores

ORDEM ECONÔMICA CONSTITUCIONAL

**Compreensão e Comparativo da Ordem
Econômica na Constituição de 1988 com
Outros Sistemas Jurídicos**

Colaboradores

Alberto Atxabal Rada	Joseane Marièle Schuck Pinto
Alexandre Schumacher Triches	Julio Álvarez Rubio
Carlota Bertoli Nascimento	Leonardo Gonçalves Muraro
Caroline Dimuro Bender D'avila	Luciano Reuter
Cristiano da Silva Sielichow	Luis Carlos Plata López
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Luiz Eduardo Gunther
Enrique Gadea Soler	Marcelo Terra Reis
Everton Ricardo Bootz	Maria Eugenia D'Archivio
Fábio Luis Mariani de Souza	Orestes Rodríguez Musa
Flávio Amaral Garcia	Renato Rodrigues Freitas Júnior
Gonçalo S. de Melo Bandeira	Rodrigo Oliveira Ragni de Castro Leite
Gonzalo Martínez Etxeberria	Rodrigo Santos Neves
Haide Maria Hupffer	Ronaldo Gaudio
José Eduardo de Miranda	Vega María Amáez Arce

Curitiba
Juruá Editora
2016

SUMÁRIO

LA FINANCIACIÓN DE LOS ENTES SUBESTATALES EN LA UNIÓN EUROPEA: REQUISITOS	
<i>Alberto Atxabal Rada</i>	13
O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO PLENO ACESSO À JUSTIÇA PREVISTO NO ART. 5º, INC. XXXV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O DIÁLOGO COM O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL SOB UM VIÉS COOPERATIVO	
<i>Alexandre Schumacher Triches</i>	31
CONSÓRCIO DE EMPREGADORES URBANOS: OS NOVOS PARADIGMAS DO DIREITO DO TRABALHO NA ERA PÓS-INDUSTRIAL	
<i>Carlota Bertoli Nascimento</i>	43
DESDOBRAMENTOS, IMPLICAÇÕES E DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO MUNDIAL	
<i>Caroline Dimuro Bender D'ávila / Joseane Mariéle Schuck Pinto</i>	59
O LIVRE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE ECONÔMICA E A PUBLICIDADE DIRECIONADA AO PÚBLICO INFANTIL	
<i>Cristiano da Silva Sielichow</i>	77
A POLÍTICA PÚBLICA DO COMPLEXO INDUSTRIAL DE SAÚDE: O “PODER DE COMPRA DO ESTADO” NA IMPLEMENTAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	
<i>Diogo de Figueiredo Moreira Neto / Flávio Amaral Garcia</i>	93
LA COMPETENCIA LEGISLATIVA EN MATERIA DE COOPERATIVAS: EL CASO ESPAÑOL	
<i>Enrique Gadea Soler</i>	131

“A TERRA PERTENCE A DEUS (!?)”: A INFLUÊNCIA JUDAICO-CRISTÃ NA CONSTRUÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	
<i>Everton Ricardo Bootz</i>	147
PROCESSO PENAL ECONÔMICO E PRISÃO PREVENTIVA: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO	
<i>Fábio Luis Mariani de Souza</i>	165
PLANEJAMENTO, TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO E COOPERATIVAS DE TRABALHO – O SENTIDO DE ISONOMIA CONSTITUCIONAL RATIFICADO PELA LEI 12.690/12	
<i>Flávio Amaral Garcia / Ronaldo Gaudio</i>	183
NOVA ANOTAÇÃO SINTÉTICA, NUMA PERSPECTIVA DE DIREITO PÚBLICO, AINDA AO ACÓRDÃO 212/95, DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL (PORTUGUÊS), DE 20.04.1995 – O DEVER FUNDAMENTAL DE EXISTIR NA LEI EM VIGOR UMA RESPONSABILIDADE CRIMINAL DAS “PESSOAS COLECTIVAS” (OU “PESSOAS JURÍDICAS”) E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, V.G. O CASO DO ART. 7º DO REGIME GERAL DAS INFRACÇÕES TRIBUTÁRIAS E DO ART. 3.º DO REGIME DAS INFRACÇÕES ANTIECONÓMICAS E CONTRA A SAÚDE PÚBLICA	
<i>Gonçalo S. de Melo Bandeira</i>	213
UN ORIGINAL SISTEMA DE FINANCIACIÓN PÚBLICA EN EUROPA: EL CONCIERTO ECONÓMICO VASCO	
<i>Gonzalo Martínez Etxebarria</i>	243
OS AVANÇOS DA TECNOCIÊNCIA E O ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREITO: UMA LEITURA A PARTIR DO PRINCÍPIO RESPONSABILIDADE DE HANS JONAS	
<i>Haide Maria Hupffer</i>	259
DO LIVRE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL À RESPONSABILIDADE SOCIAL COMO PRERROGATIVA ÉTICO-MORAL DA ORDEM ECONÔMICA: A AXIOLOGIA DA COOPERAÇÃO COMO PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
<i>José Eduardo de Miranda</i>	279

**LA CONSTITUCIÓN ECONÓMICA EN UN ENTORNO DE CRISIS:
UNA APROXIMACIÓN JURÍDICA***Julio Álvarez Rubio*295**A GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS***Leonardo Gonçalves Muraro*315**PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO SUS-
TENTÁVEL***Luciano Reuter*327**EL ORDEN PUBLICO ECONOMICO COMO LIMITE CONSTITU-
CIONAL A LA LIBERTAD DE CONTRATACIÓN EN EL DERECHO
COLOMBIANO***Luis Carlos Plata López*339**O FENÔMENO JURÍDICO DA TERCEIRIZAÇÃO: ASPECTOS
ATUAIS E RELEVANTES NO BRASIL***Luiz Eduardo Gunther*357**AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL: ANÁLISE DO ENUNCIADO 141 DO
FONAJE***Marcelo Terra Reis*377**DIRECTRICES CONSTITUCIONALES EN MATERIA ECONÓMICA.
EXPERIENCIA ARGENTINA: ENTRE “ASEGURAR LOS BENEFI-
CIOS DE LA LIBERTAD” Y “PROMOVER EL BIENESTAR GENE-
RAL”***María Eugenia D’Archivio*395**LA CONSTITUCIONALIZACIÓN DE LA COOPERATIVA Y SUS
LIMITACIONES EN CUBA. PROBABLES CONTRIBUCIONES DEL
NUEVO CONSTITUCIONALISMO LATINOAMERICANO***Orestes Rodríguez Musa*427**O MODELO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL BRASILEIRO E
A ORDEM ECONÔMICA CONSTITUCIONAL: A NECESSIDADE
URGENTE DE UMA (RE)DISCUSSÃO DO SISTEMA***Renato Rodrigues Freitas Júnior*449

O ESTADO REGULADOR: AS MEDIDAS PROVISÓRIAS COMO INSTRUMENTO DA REGULAÇÃO ECONÔMICA

Rodrigo Santos Neves.....477

A DEFESA DO CONSUMIDOR PELA ÓPTICA DA ORDEM ECONÔMICA: A TEORIA DO RISCO E RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA

Rodrigo Oliveira Ragni de Castro Leite.....499

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E COOPERATIVISMO: FUNDAMENTOS E DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ART. 174, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO, A PARTIR DAS CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS

Ronaldo Gaudio519

LA PLANIFICACIÓN ECONÓMICA EN ESPAÑA. ALGUNAS CONSIDERACIONES SOBRE SU INCORPORACIÓN AL ORDEN ECONÓMICO CONSTITUCIONAL

Vega María Arnáez Arce545

ÍNDICE ALFABÉTICO567